



5264942

00135.238265/2025-10

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS****NOTA CNDH Nº 78/2025****VIDAS NEGRAS IMPORTAM: POR UM NOVO MODELO DE SEGURANÇA PÚBLICA!**

Dia da Consciência Negra, dia de luta e resistência da população negra. O primeiro após a maior chacina da história do Brasil que vitimou 117 moradores do morro da Penha e do complexo do alemão, pessoas negras, periféricas e trabalhadoras.

A segurança pública é uma das maiores preocupações do povo brasileiro, e para a população negra pode representar um atestado de óbito. Segundo o relatório "Pele Alvo: crônicas de dor e luta", divulgado pela Rede de Observatórios da Segurança, 86% das vítimas das ações policiais, quando a cor é informada, são negras ou pardas, revelando quem é o principal alvo da violência estatal. Sempre os mesmos corpos, sempre os mesmos endereços.

Precisamos de um novo modelo de segurança pública que preserve a vida dos moradores das favelas, na sua grande maioria pessoas negras, mas que também preserve a vida dos trabalhadores das forças policiais. A guerra precisa ser efetivamente contra o crime organizado.

Nesse sentido, acompanhamos com preocupação as mudanças no Projeto de Lei Anti-Facções que enfraquecem a Polícia Federal, retira fundos penitenciários, antidrogas e de segurança, e enfraquecem a atuação do judiciário contra parlamentares, ou seja, uma PEC da Blindagem 2.0. Tal manobra ocorre justamente quando a Polícia Federal aumentou a ação contra os Grandes Financiadores do Tráfico, como a operação Carbono Oculto, na Faria Lima, que prendeu banqueiros chefes de organizações criminosas. O PL Anti-Facções foi desfigurado pelo relator Guilherme Derrite (PP-SP) e pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (PP). Como secretário em São Paulo, Derrite fez declarações públicas no sentido de tornar letalidade policial algo aceitável.

O Congresso Nacional que enfraquece o combate ao crime organizado é o mesmo que vota a favor do "PDL da Pedofilia", o PDL 3/2025 que revoga a Resolução 258 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA), e favorece a cultura do estupro que vitimiza meninas, sobretudo, meninas negras.

O Governo do Brasil apresenta como alternativa além do PL Anti-Facções, a PEC da Segurança Pública, que deve ser mais debatido na sociedade brasileira. A PEC da Segurança Pública (PEC 18/2025) busca incluir o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) na Constituição para consolidar a integração entre as forças de segurança federais, estaduais e municipais, dando-lhe maior permanência e força institucional. O Conselheiro Nacional dos Direitos Humanos promoverá uma audiência pública sobre o tema. Sem dúvida, o modelo de segurança pública atual fracassou, baseia-se na repressão, e não na investigação não tendo êxito no combate ao crime organizado. Implementa uma política de morte que vitima principalmente a população negra e periférica.

Precisamos fortalecer as políticas públicas em educação, trabalho e renda, para a juventude negra. Mais escolas, menos presídios. A juventude negra quer viver. O Brasil não pode ser o país das chacinas contra seu povo.

Convocamos a sociedade brasileira à mobilizar-se nesse 20 de novembro, rebelar-se contra o racismo estrutural, e somar-se no próximo dia 25 de novembro à II Marcha Nacional das Mulheres Negras por Reparação e pelo Bem Viver.

Vidas Negras Importam!

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Referência: Processo nº 00135.238265/2025-10

SEI nº 5264942

SAUS Quadra 5, Bloco A, 3º andar, sala 304. Asa Sul - Telefone: (61) 2027-3907
CEP 70308-200 Brasília/DF - <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>